

# ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE BAEPENDI (MG): SUBSÍDIOS PARA A GESTÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

**Alexandre Carvalho de Andrade**

Mestre em Geografia e doutorando em Geografia (Unesp/Rio Claro). Professor do Departamento de História (Univás/Pouso Alegre); professor dos cursos de Gestão Ambiental (FEM/Faculdade São Lourenço) e de Pedagogia (Faculdade Victor Hugo e Unipac/São Lourenço). Pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários (Unesp /Rio Claro), Departamento de História da Universidade do Vale do Sapucaí. Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470. Bairro Fátima. Pouso Alegre, Minas Gerais. CEP: 37470-000. E-mail: [andrade.a.c@uol.com.br](mailto:andrade.a.c@uol.com.br)

## Resumo

A relação entre as práticas econômicas, sociais e culturais de uma dada coletividade, com o ambiente onde esta se encontra inserida, resulta em diversas formas de transformação dos recursos naturais. A apropriação da natureza pelas atividades antrópicas varia de intensidade de acordo com os valores e os interesses de uma dada sociedade, havendo desde transformações severas, como ocorrem nas metrópoles, até coletividades que desenvolvem uma relação de simbiose com o meio natural de seu espaço vivido, como é o caso de algumas comunidades tradicionais. Tendo em vista esta situação, este artigo propõe demonstrar os resultados do diagnóstico socioambiental do município de Baependi (Minas Gerais), realizado para subsidiar a gestão de uma unidade de conservação existente no meio rural da referida localidade.

**Palavras-chave:** Conservação Ambiental; Desenvolvimento Rural; Gestão Territorial.

## Abstract

The relationship between economic practices, social and cultural needs of a given community with the environment where it is inserted results in various forms of transformation of natural resources. The appropriation of nature through human activity, varies in intensity according to the values and interests of a given society, since there are severe changes, as occur in cities, to communities that develop a symbiotic relationship with the natural surroundings of your living space, as is the case with some traditional communities. In view of this situation, this article aims to demonstrate the results of socio-environmental diagnosis of the municipality of Baependi (Minas Gerais), held to support the management of a protected area existing in rural areas of that city.

**Keywords:** Environmental Conservation; Rural Development; Land Management.

## Introdução

No decorrer das últimas décadas, houve um processo contínuo de valorização da natureza pela sociedade, refletindo em âmbito local, regional, nacional e global. Servindo de suporte para as melhorias das condições de vida, assim como das relações ecológicas, a conservação da natureza é vista como algo de

considerável importância para a sociedade nos dias atuais, o que motiva, inclusive, novas práticas econômicas, a exemplos do turismo em áreas naturais e a agricultura orgânica.

As regiões que apresentam notáveis condições de conservação dos recursos naturais, historicamente marginalizadas pelos principais interesses econômicos,

atualmente se tornaram valorizadas, especialmente devido as suas importantes funções ecológicas, científicas e recreacionais. Em contrapartida, nem sempre os habitantes destas áreas se encontram valorizados pela sociedade e a mídia “globalizada”, mesmo sendo estas comunidades fundamentais para a conservação destes “paraísos ambientais”. Não é situação incomum a marginalização das populações locais na implantação de unidades de conservação, de empreendimentos voltados ao turismo e até mesmo nos direcionamentos das políticas de desenvolvimento socioeconômico regionais.

A Serra da Mantiqueira, localizada nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, é um exemplo de espacialidade em que vêm sendo implantadas diversas unidades de conservação, seja através do poder público e/ou da iniciativa dos proprietários rurais. Nesta região ocorre, também, um processo contínuo de turistificação, especialmente nas áreas onde as paisagens naturais se encontram em melhores condições de conservação, mas, por outro lado, onde estão assentadas comunidades com condições de vida relativamente precárias, ao menos do ponto de vista socioeconômico. Mesmo sendo vista como uma atividade colaboradora para o desenvolvimento econômico, e mesmo para a conservação ambiental, o turismo necessita se expandir de maneira ordenada, pois, do contrario, constitui um sério indutor de impactos socioambientais.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Alto Gamarra, localizada no meio rural do município de Baependi (Minas Gerais), exemplifica este processo de criação de unidades de conservação na Serra da Mantiqueira. Com 33,98 hectares, esta unidade de conservação foi implantada em 2006, e teve o seu plano de manejo elaborado no ano de 2009, que contou com recursos financeiros da ONG SOS Mata Atlântica para a sua realização. Tendo seu corpo técnico constituído por geógrafos, biólogos e gestores ambientais para a sua efetivação, o plano de manejo da RPPN Alto Gamarra foi aprovado em abril de 2010, pelo Instituto Estadual de Florestas (Portaria número 74/2010, IEF/MG).

O objetivo do presente artigo será demonstrar os resultados do diagnóstico socioambiental da “Área do Entorno da RPPN do Alto Gamarra”, realizado com a finalidade de compor o plano de manejo da referida unidade de conservação. Para sua efetivação ficou definida como “Área do Entorno da RPPN do Alto Gamarra” a totalidade do município de Baependi, uma vez que dele partem as principais decisões e ações políticas que interferem na gestão e organização do território,

além das relevantes relações sociais, econômicas, demográficas e culturais.

É pertinente ressaltar que o presente artigo é resultado de uma atividade técnica, desenvolvida para a realização do plano de manejo da RPPN Alto Gamarra, portanto, seu objetivo não é discutir questões teóricas acerca das relações entre sociedade e natureza na contemporaneidade. Todavia, é pertinente mencionar que durante o seu desenvolvimento foi necessário compreender, e por consequência elucidar, como tais relações se manifestam em âmbito nacional e como se processam na realidade da área de estudo e, também, no contexto da Serra da Mantiqueira. Espera-se, com os resultados aqui apresentados, colaborar para o conhecimento geográfico e de sua aplicação para a gestão de unidades de conservação.

### **O contexto histórico da economia, da sociedade e da organização espacial**

Similarmente a outras localidades do Sudeste brasileiro, as primeiras povoações além-indígenas, no contexto estudado, datam do século XVII, quando foram explorados minerais metálicos nas mais diversas paragens da Serra da Mantiqueira mineira. No caso da municipalidade onde está situada a RPPN do Alto Gamarra, o primeiro núcleo de povoamento data de 1692, tendo sua emancipação a categoria de município ocorrida em 1856 (DME/PMB, 2005).

Devido à relativa proximidade com as regiões mineradoras, e por estar no trajeto que as interligavam com a então capital colonial (Rio de Janeiro), foram surgindo núcleos de povoamento em toda a região onde se localiza o município de Baependi, sendo relevantes, no referido período histórico, as atividades agropecuárias, o comércio e os transportes (COSTA, 1994; RIBEIRO, 1995). A partir de então, a função de produtora de gêneros alimentícios passou a ser fundamental para a economia e a organização social de significativa parcela da população rural do Sul de Minas e de outras regiões vizinhas, a exemplo dos Campos das Vertentes e da Zona da Mata, ambas em Minas Gerais.

Com a decadência da mineração, houve um processo de dispersão populacional na maior parte do território de Minas Gerais, o que levou, gradativamente, os moradores do meio rural a optarem por atividades econômicas voltadas a auto-subsistência e com reduzido retorno financeiro (FURTADO, 1976). Devido a isto, as áreas mais remotas da Serra da Mantiqueira permaneceram marginalizadas das seqüentes atividades impulsionadoras do desenvolvimento da economia brasileira, tais como a cafeicultura ou a industrialização.

No caso do núcleo urbano de Baependi, a função comercial e de serviços possuía certa importância no século XIX, tendo a localidade sido apontada por Mello Filho e Santos Júnior (2006), como de “alta centralidade” dentro da rede urbana mineira na segunda metade do mencionado século. Porém, em seu meio rural já se configurava uma organização social que perdura, em partes, até os dias atuais, com a formação de bairros rurais com características típicas das sociedades “caipiras”, e que foram descritas por Cândido (1964), Costa (1994) e Ribeiro (1995), como de alto grau de parentesco entre seus membros, com baixas desigualdades sócio-econômicas, a produção voltada à subsistência e com o trabalho dividido entre os membros da família, a herança como forma de transferência da propriedade, a ínfima produção e comercialização de excedentes, as festividades religiosas e o sistema de mutirão como motivadores das relações sociais entre seus membros, a inércia espacial de seus moradores, a relação de sinergia entre as comunidades e a natureza, dentre outras características visivelmente reconhecíveis nas áreas mais ermas da Serra da Mantiqueira, como é o caso dos bairros rurais das proximidades da RPPN Alto Gamarra.

No decorrer do século XX, a cultura caipira, típica da maior parte do Sudeste brasileiro (RIBEIRO, 1995), passou a ser recorrentemente “desprezada” e vista de forma pejorativa e até caricata, exemplos disso são os personagens Jeca Tatu, Chico Bento, dentre outros. O interessante e o valorizável era o Brasil que se modernizava e se industrializava, enfim, o cidadão consumista, “aberto a novas tendências” e interados com as idéias progressistas do “desenvolvimento”. Neste contexto, as formas de produção típicas do campesinato, apoiadas em um sistema familiar com baixos indicadores de modernidade, foram praticamente ignoradas do modelo do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, inclusive os voltados ao meio rural, que historicamente priorizaram os seguintes aspectos: latifúndio – monocultura – exportação – exploração da mão de obra...

Ironicamente, esta população rural, que participa efetivamente da geração de gêneros alimentícios aos moradores das cidades, passou a emigrar para os centros urbanos, devido às faltas de perspectivas de desenvolvimento em seus locais de origem. Para ilustrar tal situação, 31% dos brasileiros viviam nas cidades no ano de 1940, porém, atualmente, mais de 80% habitam as áreas urbanas (IBGE – Censos Demográficos).

Malassis (1973), Martine (1993), Ribeiro (1995), Baeninger (2003), Matos (2003), dentre diversos outros autores, já demonstraram os processos que motiva-

ram a migração entre o campo e a cidade. Fatores socioeconômicos, culturais e ambientais contribuíram para que inúmeros brasileiros deixassem o meio rural e rumassem para os centros urbanos. Os resultados disto nem sempre são satisfatórios, conforme pode se perceber pelos variados impactos socioambientais que assolam as cidades brasileiras. Mas este processo não cessou, e continua lentamente transferindo moradores do meio rural para os espaços urbanos.

O município de Baependi é ilustrativo para demonstrar este processo de êxodo rural que ocorreu (e ocorre) no Brasil, como pode ser verificado na tabela um:

**Tabela 1 – Contingente populacional e a sua distribuição espacial no município de Baependi, entre 1970 e 2010.**

	População Total	Urbana (%)	Rural (%)
1970	15.561	5.894 (37,88)	9.667 (62,12)
1980	15.234	6.589 (43,25)	8.645 (56,75)
1991	16.643	10.403 (62,51)	6.240 (37,49)
2000	17.523	11.987 (68,41)	5.536 (31,59)
2010	18.292	13.245 (72,41)	5.047 (27,59)
2010/1970	1,18	2,25	0,52

Fonte: Censos Demográficos do IBGE

Durante as últimas décadas, a população de Baependi apresentou notório processo de urbanização, de crescimento da população urbana, e, por outro lado, de considerável esvaziamento demográfico do meio rural. Com isto, três questões podem ser apontadas:

- o ritmo menor de crescimento demográfico que as médias regionais, estaduais e nacionais denotam claramente o papel de emissor de migrantes do município;

- a significativa diminuição da população rural promoveu a redução da densidade demográfica no espaço rural baependiano. Tal situação foi ainda mais efetiva nos bairros distantes do núcleo urbano;

- o índice de urbanização do município é sensivelmente inferior a média nacional, o que demonstra a baixa capacidade de retenção populacional da própria área urbana municipal.

Em contrapartida ao processo de esvaziamento da população rural, atualmente há considerável afluência de migrantes, especialmente provenientes das metrô-

poles de São Paulo e Rio de Janeiro, em direção aos espaços rurais, o que ocorre em diversos municípios da Serra da Mantiqueira, incluindo Baependi. Brandão (2007) denominou este movimento de “comunidades neo-ruralizadas”, e salientou que estas apregoam um retorno ao modo de vida ligado à natureza.

É importante ressaltar que esta afluência de “neo-ruralizados” contribui para o desenvolvimento dos movimentos ambientalistas na Serra da Mantiqueira, o que pode vir a ocasionar conflitos com as práticas econômicas e culturais do uso do solo dos moradores naturais da região, já que estes imigrantes, na maioria das vezes, clamam pela preservação dos recursos naturais, porém não necessitam dos rendimentos advindos da propriedade (QUINTEIRO, 2008).

### O uso do solo e as atividades econômicas no meio rural

Apesar do esvaziamento demográfico no meio rural do município, as condições ambientais ainda se apresentam bem aquém das ideais, especialmente no que tange a cobertura vegetal, onde as pastagens perfazem significativa parcela do espaço rural, conforme demonstra a tabela 2:

**Tabela 2 – Distribuição do uso do solo em propriedades particulares (ha) e respectivo percentual no espaço rural do município de Baependi, no ano de 2006:**

	Área em hectares	% do espaço rural municipal
Lavouras	4.199	14,93
Matas Naturais	2.422	8,62
Pastagens	21.495	76,45
<b>Total</b>	<b>28.116</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 2006

Por levar em conta apenas as propriedades particulares, a quantidade de “matas naturais” foi subestimada, pois a área do Parque Estadual do Papagaio, administrado pelo Instituto Estadual de Florestas, apresenta extensão territorial superior aos 10 mil hectares no município (DME/PMB, 2005). Todavia, nas propriedades particulares as áreas cobertas com pastagens representam a principal forma de uso do solo, motivada especialmente pela importância histórica da pecuária leiteira para a população e a economia municipal.

Da mesma forma que em outros locais da Serra da Mantiqueira mineira, a topografia acidentada do município, mas também a significativa predominância

de pequenas e médias propriedades, contribuem para inexistir uma atividade econômica dominante no meio rural, como ocorre, por exemplo, nas regiões monocultoras. Dentre as atividades agrícolas, apresentam destaques os cultivos de milho, feijão e café, sendo este o principal produto agrícola quanto à geração de recursos econômicos (IBGE, 2006). Na pecuária é pertinente mencionar a produção leiteira, porém com reduzida fabricação de laticínios, especialmente se comparada aos municípios próximos, onde existem importantes empresas do setor lácteo.

Se confrontada a outras unidades espaciais, a atividade agropecuária em Baependi utiliza consideravelmente da mão de obra familiar, havendo um baixo índice de mecanização, conforme demonstra a tabela 3.

**Tabela 3 – Percentual de familiares do proprietário no total de trabalhadores do setor primário e índice de mecanização no município de Baependi e em unidades espaciais selecionadas, no ano de 2006:**

	% de Familiares do Proprietário	Índice de Mecanização Agrícola
Baependi	55,39	0,079
Microrregião de São Lourenço	54,11	0,104
Mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas	49,62	0,205
Minas Gerais	65,92	0,106
Brasil	78,04	0,100

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 2006.

O baixo índice de mecanização de Baependi ilustra a reduzida capitalização da maior parte dos proprietários rurais do município. Desta forma, a presença dos familiares no processo produtivo apresenta significativa importância, especialmente para as culturas voltadas a subsistência.

Além das atividades agropecuárias, também merecem destaques, no meio rural baependiense, a atividade turística, que tem no município expressivos recursos naturais e culturais favoráveis a sua expansão, e a produção de artesanatos, que emprega milhares de moradores na confecção de cestas, balaios e utensílios diversos (DME/PMB, 2005). Ambas constituem, em freqüentes casos, atividades complementares aos rendimentos provenientes do setor primário, sendo que, no caso do artesanato, praticado majoritariamente pelas mulheres.

## As condições de vida dos moradores de Baependi

Os municípios da Serra da Mantiqueira mineira apresentam certa precariedade das condições de vida, ao menos se comparados aos de outras áreas do Sul/Sudoeste de Minas (FJP/IPEA/PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003). A relativa precariedade é mais perceptível em municípios que apresentam dependência das atividades agropecuárias, especialmente às voltadas a subsistência das próprias famílias produtoras.

Na tabela 4 será comparado o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Baependi e de outras unidades espaciais. Apesar de este índice apresentar certa restrição, por levar em conta apenas três indicadores (rendimentos, escolaridade e saúde), ele permite a comparação entre municípios e regiões distintas.

**Tabela 4 – Comparação entre o IDH de Baependi com unidades espaciais selecionadas:**

	IDH (2000)
Baependi	0,742
Microrregião de São Lourenço	0,784
Mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas	0,784
Minas Gerais	0,773
Brasil	0,765

Fonte: FJP/IPEA/PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Se comparado o IDH de Baependi com as demais unidades espaciais contidas na tabela 4, nota-se a certa precariedade das condições de vida no município. É importante mencionar que a localidade se encontra dentre as três com menor IDH da microrregião de São Lourenço, que é composta por dezesseis municípios.

Apesar disso, se levarmos em conta a população com rendimentos inferiores a linha da pobreza brasileira (meio salário mínimo per capita/mês), a situação de Baependi é mais satisfatória do que a média nacional, porém ela é mais precária que das demais unidades espaciais, conforme é demonstrado na tabela 5.

**Tabela 5 – Percentual de moradores abaixo da linha da pobreza em Baependi e em unidades espaciais selecionadas:**

	% de moradores abaixo da linha da pobreza
Baependi	31,27
Microrregião de São Lourenço	26,05
Mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas	20,31
Minas Gerais	29,77
Brasil	32,88

Fonte: FJP/IPEA/PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

O percentual da população abaixo da linha da pobreza em Baependi é consideravelmente superior à média da mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas, assim como da microrregião de São Lourenço. Tal quadro possivelmente é decorrente, dentre outros fatores, da baixa produtividade do setor agropecuário e, conseqüentemente, da reduzida capitalização dos moradores, especialmente os residentes no meio rural. Esta situação é notória na comunidade do Juju, que faz limite com a propriedade onde está inserida a RPPN do Alto Gamarra. Nela, a lavoura de subsistência, aliada a uma pecuária pouco produtiva, são as principais atividades econômicas, juntamente com a pequena produção de artesanatos. A dificuldade de acesso, a baixa capacitação da mão de obra e a precariedade dos serviços públicos são fatores decisivos para resultar no quadro de pobreza relativa destes moradores.

Outro fator que colabora para o quadro de relativa precariedade das condições socioeconômicas municipais, é a posição de “cidade dormitório” de sua área urbana, devido a proximidade com Caxambu, estância hidromineral localizada à menos de cinco quilômetros do centro de Baependi, e que centraliza a maior parte das atividades do setor comercial e de serviços, que suprem inclusive as necessidades dos habitantes da área de estudos. A própria função turística, que poderia se aproveitar dos recursos existentes na cidade de Baependi, como as construções históricas, o meio natural e o santuário de Nhá Chica, é “ofuscada” pela proximidade com Caxambu, que possui notoriamente melhor infra-estrutura para hospedagem, alimentação e entretenimento.

## Recomendações para as melhorias das condições socioambientais da Área de Entorno da RPPN Alto Gamarra

Para evitar conflitos, entre a gestão de uma unidade de conservação e as comunidades vizinhas, é fundamental haver uma relação harmoniosa, e, por consequência, a compreensão dos interesses existentes em ambos os lados. Diegues (2001), Panzutti (2002), Prado (2003) e Ferreira (2004) demonstraram que, com a implantação das unidades de conservação no Brasil, ocorreram diversos conflitos econômicos, políticos e sócio-culturais.

Os moradores das áreas a serem preservadas foram recorrentemente atingidos, especialmente os historicamente assentados em regiões marginalizadas pelos ciclos de desenvolvimento econômico e que apresentam satisfatórias condições de conservação ambiental. Neste contexto, ao invés de se valorizar o modo de produção espacial e, logo sua baixa capacidade de degradação do meio físico, procura-se enaltecer apenas os impactos decorrentes das transformações do meio, porém fundamentais para a produção dos gêneros vitais a sobrevivência destas comunidades.

De uma maneira geral, as comunidades inseridas nas regiões onde atualmente há satisfatórias condições de qualidade ambiental, são as principais responsáveis pela própria conservação do meio. O “paraíso” hoje almejado pelo cidadão urbano, que busca, nestas áreas remotas, os locais para seu descanso ou contemplação da natureza, é o próprio resultado das práticas culturais de uso do solo das comunidades que ali historicamente residem.

A reduzida capacitação técnica, a escolaridade insuficiente, a ínfima capitalização, a baixa produtividade das atividades econômicas, a precariedade dos serviços públicos e, aliados a isso, a inércia espacial de seus moradores, fazem com que estas coletividades passem a ser vistas, pela maioria dos habitantes citadinos, como atrasadas, arcaicas, e mesmo predadoras dos recursos naturais, enfim, como legítimos entraves a conservação ambiental. Isto acaba sendo um paradoxo, pois, com a valorização do rural e da natureza pela sociedade “pós-moderna”, os espaços ocupados secularmente por estes habitantes passaram a serem almejados pelos cidadãos “urbanos e modernos” para a prática da atividade turística em suas múltiplas facetas. Assim, há a proliferação de hospedarias, residências secundárias, condomínios rurais, dentre outras formas de ocupação não necessariamente “sustentáveis”, termo este recorrentemente utilizado pelos empreendedores turísticos, ou mesmo pelo poder público, para anúncios publicitários (LUCHIARI, 1997; PRADO, 2003;

QUINTEIRO, 2008).

No caso específico da Serra da Mantiqueira, devido à proximidade com os dois maiores aglomerados urbanos do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, e pela sua satisfatória condição de conservação da paisagem natural, há um crescente interesse pelo desenvolvimento da atividade turística e de outras atividades correlatas, dentre elas os esportes de aventura, as novas práticas de uso do solo, a produção artesanal e a difusão de comunidades “neo-rurais”, com interesses e práticas sociais e culturais diversas, na maior parte das vezes constituídas por moradores não naturais na região.

O problema é que, utilizando da “bandeira” da conservação do meio natural, alguns investidores acabam contribuindo para o surgimento de novos impactos socioambientais, como construções em áreas inaptas, práticas desportivas em locais de fragilidade ambiental, especulações imobiliárias, implantação de espécies exóticas da fauna e da flora, além de conflitos sócio-culturais com os habitantes naturais da região. Tais situações são corriqueiras nas áreas onde houve (e há) rápido crescimento do turismo na Serra da Mantiqueira, como Campos do Jordão, Visconde de Mauá, Monte Verde, Gonçalves, Aiuruoca, dentre outros (MENDES JÚNIOR *et al*, 1991; COSTA, 1994; GONÇALVES, 2003; ALVES, 2005; QUINTEIRO, 2008).

Evidentemente que as práticas tradicionais de uso do solo, presentes em consideráveis extensões da Serra da Mantiqueira, são prejudiciais ao meio natural e para a própria produtividade econômica. Constituem hábitos freqüentes as queimadas, os desmatamentos e as contaminações do solo e da água (CAVALLINI, 2001). Porém, em contrapartida, existe um considerável potencial para a minimização destes impactos, que deve ocorrer concomitantemente a um processo de desenvolvimento socioeconômico dos moradores.

Para isto, algumas medidas podem (e devem) serem tomadas, dentre elas:

- O estímulo às atividades econômicas já existentes e que fazem parte da cultura regional, tais como a produção de laticínios e de artesanato, juntamente com o planejamento adequado do turismo. Vale salientar a possibilidade de interagir as três práticas econômicas, o que favorecerá decisivamente os moradores envolvidos;

- A maior integração com outras espacialidades turísticas situadas nas proximidades de Baependi, como são os casos das estâncias hidrominerais de Caxambu e São Lourenço, historicamente importantes ao turismo regional, mas também com localidades vizinhas,

aonde o turismo vem se desenvolvendo recentemente, a exemplos de São Tomé das Letras, Aiuruoca e Itamonte. Mesmo pertencente ao Circuito das Águas e a Estrada Real, o potencial turístico de Baependi ainda se encontra pouco valorizado se comparado aos municípios vizinhos;

- A realização de cursos para capacitação técnica dos moradores, priorizando as atividades econômicas pré-existentes e potenciais, assim como as características culturais, naturais e locais municipais;

- A necessidade de aumentar a abrangência e a qualidade dos serviços públicos, especialmente em áreas mais isoladas e de difícil acesso, como é o caso da comunidade do Jujú. A melhoria da acessibilidade é fundamental, pois a estrada atual tem utilização restrita nos períodos de maior pluviosidade, o que prejudica os deslocamentos dos moradores para obterem os serviços básicos de saúde, educação, segurança pública, assim como para o escoamento da produção agropecuária e de artesanatos;

- A maior fiscalização na área, já que o entorno imediato da RPPN está inserido na Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira, mantida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e faz parte do Corredor Ecológico da Mantiqueira e da Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Papagaio. Apesar disso, há evidências e relatos de desmatamentos ilegais, caças, atividades turísticas e desportivas sem adequada estruturação, queimadas, dentre outros impactos socioambientais.

É importante mencionar que estas ações podem vir a contribuir efetivamente para a melhoria do quadro socioambiental do município de Baependi, favorecendo, também, o desenvolvimento de atividades econômicas potenciais, especialmente o turismo. Tendo em vista a importância eminente da conservação dos patrimônios culturais e paisagísticos para o desenvolvimento da atividade turística, mas, também, para o aumento da satisfação dos moradores com relação ao seu espaço vivido, algumas ações já estão sendo desenvolvidas no município, sendo exemplos às parcerias entre OSCIPS, órgãos públicos e proprietários rurais para incentivar o reflorestamento com espécies nativas da região, a implantação e o fortalecimento das associações de artesãos, a diversificação da produção agropecuária, e a capacitação de condutores de turistas nos bairros rurais do município.

## Considerações Finais

A harmoniosa relação entre a sociedade, às práticas econômicas e as condições naturais é um objetivo significativamente almejado pelas mais diversas políticas públicas existentes ao redor do mundo. Infelizmente, nem sempre tais objetivos são plenamente atingidos por fatores variados, como os interesses econômicos imediatistas, a desvalorização das culturas locais, o excesso de restrições às práticas econômicas das comunidades tradicionais, a falta de políticas bem estruturadas e amparadas em relatórios técnicos, dentre outros.

O caso do município de Baependi é bem ilustrativo para esta situação. Se por um lado há vastos potenciais para o desenvolvimento socioeconômico, a conservação do ambiente e a valorização das práticas culturais de seus moradores, por outro é notória a falta de integração destes atributos para o desenvolvimento socioeconômico municipal.

Com a valorização da natureza e do modo de vida rural como recursos turísticos, diversos municípios, próximos geograficamente a Baependi, apresentaram crescimento no número de visitantes, assim como na infra-estrutura para recebê-los, como são os casos de Itamonte, Passa Quatro, Aiuruoca, São Tomé das Letras, Carrancas, Bocaina de Minas, dentre outros. A probabilidade de tal situação vir a ocorrer também em Baependi é considerável, especialmente devido aos múltiplos recursos naturais e histórico/culturais existentes no município, além da localização geográfica próxima aos principais centros emissores de turistas do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

É importante ressaltar que a atividade turística pode vir a colaborar para o desenvolvimento econômico, e até para a conservação das características paisagísticas e culturais, mas desde que seja bem planejada e que envolva efetivamente os moradores de um centro receptor. O turismo é declamado como uma atividade potencial ao município analisado, mas pouco ou quase nada é realizado para se estruturar e planejar a atividade, assim como para fomentar setores produtivos que poderiam se beneficiar com a expansão turística na localidade, a exemplos dos artesãos, dos proprietários rurais que possuem recursos paisagísticos significativos em seus domínios fundiários, e dos produtores de alimentos e bebidas típicos da cultura local/regional, como queijos, doces e cachaças.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Heberton Fabrício Inocêncio. **Turismo e desenvolvimento: a dimensão cultural na Serra da Mantiqueira (MG)**. Santa Maria: Ufsm, 2005. 212 pg.
- BAENINGER, Rosana. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C. (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Edunesp/Anpur, 2003. p. 271 - 288.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v.1, n.1. Campinas: Unicamp, p. 37 - 64, 2007.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. 239 p.
- CAVALLINI Marcelo Meirelles. **Agricultura tradicional, composição paisagística e conservação da biodiversidade na região sul mineira: contribuição para o desenvolvimento rural sustentável**. 2001. f.205 pg. Tese (Doutorado em Ciências). Ufscar, São Carlos, 2001.
- COSTA, José Pedro de Oliveira. **Aiuruoca, Matutu e Pedra do Papagaio: um estudo de conservação do ambiente natural e cultural**. São Paulo: Edusp, 1994. 250 p.
- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAEPENDI: **Atlas Escolar e Geográfico do município de Baependi, MG**. Baependi: PMB/DME, 2005.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2001. 169 p.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. 7, n. 1. Campinas: Unicamp, p. 47 - 68, 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976. 248 p.
- GONÇALVES, Yumi Kawamura. **Perspectivas para o desenvolvimento do turismo em áreas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG)**. 2003 f.199 pg. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Unicamp, Campinas, 2003.
- LUCHIARI, Maria Teresa Dias Paes. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo - Modernidade - Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. pp. 136 - 154.
- MALASSIS, Louis. Educação e desenvolvimento rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. (org). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973. p. 99 - 115.
- MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento; o cenário global e nacional. In: MARTINE, George. (org). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Unicamp, 1993. p. 21 - 41.
- MATOS, Ralfo Eduardo Santos. Fluxos migratórios regionais no Brasil contemporâneo: descrição e análise. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio.; GALVÃO, Antônio Carlos. (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Edunesp/Anpur, 2003. p. 229 - 270.
- MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira de; SANTOS JÚNIOR, José Maria. População e Geografia Econômica: A conformação da população no espaço em Minas Gerais, no século XIX. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: Abep, 2006. p. 1 - 20.
- MENDES JÚNIOR, Luís Osvaldo (et al). **Relatório Mantiqueira**. São Paulo: Fedapam, 1991. 54 p.
- PANZUTTI, Nilce da Penha Miguellles. **A caminho da terra: a mata**. 2002. f. 247 pg. Tese (Doutorado em Antropologia). Unicamp, Campinas, 2002.
- PIRES, Paulo dos Santos. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 117 - 132.
- PRADO, Rosane Manhães. As espécies exóticas somos nós: reflexões a propósito do ecoturismo na Ilha Grande (RJ). **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20. Porto Alegre: Ufrgs, p. 1 – 18, 2003.
- QUINTEIRO, Juliana Martins da Costa. **Proteção ambiental na gestão de áreas turísticas em unidades de conservação: o caso da região de Visconde de Mauá (RJ, MG)**. 2008. f. 132 pg. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Uerj, Rio de Janeiro, 2008.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470 p.
- YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo**. São Paulo: Contexto, 2003. 359 p.